Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Sistema Integrado de Controle e Auditoria Publica

Analise Conclusiva do Controle Interno

TOCANTINóPOLIS - PREFEITURA MUNICIPAL

285.607.521-53 - GUILHERMINA PEREIRA DE NOVAIS LIMA

Periodo Referencia: 2011/2

Entrega de dados: 31/05/2011 18:03:43 - Tempestivo

Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?

Não

Lei de Instituição do Controle Interno:

752

Possui entidade da Administração Pública Indireta?

Não

Orçamento

1)Houve abertura de créditos adicionais?

Resposta: Sim
Comentario: Houve a abertura de Créditos Adicionais na modalidade de \"Créditos Suplementares\", destinados a reforço de dotações orçamentárias insuficientemente orçadas, devidamente autorizados em Lei Orçamentária Anual.

2)As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?

Resposta: Sim

3)Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?

Resposta: Não

4)O orçamento foi superestimado?

Resposta: Não
Comentario: Houve previsão orçamentária de créditos orçamentários provenientes de convênios com a esfera federal e estadual, não repassados pelas respectivas esferas de poder, causando uma superestimação orçamentárias nessas dotações de receitas.

5)Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?

Resposta: Sim

6)Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?

Resposta: Sim

Operações de Crédito

60)Foram publicados os decretos de contrataçao de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas?

Resposta: Não

61)Houve realização de operação de crédito?

Resposta: Não

62)Qual a modalidade da Operação de Crédito?

Resposta: Não Houve

63)Foi ordenado operação de crédito, sem autorização legislativa?

Resposta: Não

64)As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?

Resposta: Não

65)O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?

Resposta: Não

66)Foi prestado garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior?

Resposta: Não

67)A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?

Resposta: Não houve

68)A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?

Resposta: Não houve

Pessoal

69)As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?

Resposta: Sim

70)Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior?

Resposta: Não

71)Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?

Resposta: Sim

72)Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

Resposta: Sim

73)A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?

Resposta: Não

74)A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?

Resposta: Não

75)O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?

Resposta: Sim

76)O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?

Resposta: Sim

77)Os servidores foram admitidos através de concurso público?

Resposta: Sim

78)Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram

encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

Resposta: Sim

79)Existem servidores contratados por tempo determinado?

Resposta: Sim

80)Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?

Resposta: Sim

81)O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?

Resposta: Sim

82)O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?

Resposta: Sim

83)Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?

Resposta: Sim

84)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?

Resposta: Não

85)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Resposta: Não

86)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar?

Resposta: Não

87)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Resposta: Não

Bens Permanente

10)Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?

Resposta: Sim

11)Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?

Resposta: Não

12)Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?

Resposta: Sim

13)Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?

Resposta: Sim

14)O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?

Resposta: Não
Comentario: O patrimonio municipal está parcialmente registrado e controlado, não existindo Termo de Responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação.

15)O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?

Resposta: Sim
Comentario: O poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas como também utiliza veículos e máquinas locados de terceiros, em virtude de se tornar mais viável financeiramente e economicamente para o município tal sistema, haja vista o alto custo para aquisição de todas as máquinas e veículos que são utilizados no

transcorrer do ano.

Bens em almoxarifado

7)É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?

Resposta: Sim
Comentario: É realizado um controle parcial de uso e manutenção de gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição. Alguns veículos municipais não estão equipados com sistema de controle de rodagem em razão do tempo de uso (veículos velhos) o que impossibilita um controle efetivo da quilometragem percorrida.

8)O Poder Executivo tem implantado em seus órgãos, a conta Almoxarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício?

Resposta: Sim
Comentario: Algumas Secretarias Municipais ainda não implantaram em definitivo o registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício, fato este já diligenciado por equipe de controle externo do TCE e levado ao conhecimento do Gestor Municipal para a tomada de providências urgentes.

9)O registro da conta Almoxarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

Resposta: Sim

Licitações, Contratos, Convênios, Acordos e Ajuste

51)Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?

Resposta: Sim

52)Há analise e manifestação do responsável pelo controle interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

Resposta: Não
Comentario: Nem todos os processos de dispensa e inegibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres são submetidos a análise preliminar para manifestação do controle interno.

53)O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

Resposta: Sim

54)Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

Resposta: Sim

55)Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Resposta: Sim

56)O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?

Resposta: Não
Comentario: O Poder Executivo Municipal não dispõe de cadastro de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal.

Obras Públicas e Reformas

57)Existem obras paralisadas?

Resposta: Sim
Comentario: Atualmente as obras que se encontram paralisadas são as provenientes de Convênios mantidos com o Governo Federal e Estadual, não estando em dia a liberação de recursos para a plena continuidade das mesmas.

58)Existem obras em andamento?

Resposta: Sim
Comentario: As obras em andamento estão dentro do cronograma de execução.

59)O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?

Resposta: Não
Comentario: O Poder Executivo não enviou junto com o Projeto de LDO ao Legislativo informações das obras em andamento.

Contabilidade

16)As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?

Resposta: Sim

17)Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?

Resposta: Sim

18)Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?

Resposta: Sim

19)Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?

Resposta: Não

20)O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?

Resposta: Sim

Educação

29)Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?

Resposta: Sim

30)Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?

Resposta: Sim

Saúde

92)Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?

Resposta: Sim

Lei de Responsabilidade Fiscal

36)O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestre anterior, em audiência pública?

Resposta: Não
Comentario: Durante o ano de 2011 não foram realizadas audiências públicas para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais.

37)Onde foi realizada audiência pública?

Resposta: Não houve realização de audiências públicas no ano de 2011.

38)A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?

Resposta: Não
Comentario: Não houve realização de audiências públicas.

39)Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?

Resposta: Sim

40)A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?

Resposta: Sim

41)As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

42)O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

43)O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

44)O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

45)O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?

Resposta: Sim

46)Ocorreram fatos que requeresse a limitação de empenhos?

Resposta: Não

47)Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos em lei art. 9º da LC nº 101/00?

Resposta: Não

48)Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?

Resposta: Sim

49)Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

Resposta: Não

50)O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?

Resposta: Não
Comentario: O Poder Executivo não inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança apenas extra-judicial.

Financeiro

31)Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

Resposta: Sim

32)Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

Resposta: Sim

33)Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

Resposta: Sim

34)Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?

Resposta: Sim

35)Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?

Resposta: Sim

Despesas

21)O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?

Resposta: Não
Comentario: Mesmo não havendo estabelecido a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso as finanças municipais encontram-se controladas, sem atraso no pagamento funcional, encargos sociais e fornecedores.

22)A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?

Resposta: Não
Comentario: O Poder Executivo não estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

23)Houve despesas ordenadas sem a autorização legal?

Resposta: Não

24)Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno?

Resposta: Não
Comentario: Existem processos de realização de despesas sem a análise preliminar do Controle Interno, sendo encaminhado apenas posteriormente, fatos estes que não provocam prejuízos ao erário público municipal encontrando-se dentro da previsão
orçamentária municipal.

25)Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

Resposta: Não

26)Houve despesas não empenhas de competência do referente período?

Resposta: Sim
Comentario: Houve despesas do setor de saúde que foram encaminhadas em desacordo com o processo licitatório efetuado e devolvido o documento "Nota Fiscal" para a tomada de providências de adequação, fato este que ocasionou atraso na remessa para a emissão do empenho correspondente.

27)Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias?

Resposta: Sim

28)Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

Resposta: Sim
Comentario: No transcorrer do exercício de 2010 houve recolhimento a menor da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência (INSS).

Informações Adicionais

93)Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário.

Resposta: - Não foram detectadas irregularidades ou ilegalidades que comprometesse o bom desempenho das finanças municipais.
- Não existem Restos a Pagar sem dispobilidade financeira.
- O Governo Estadual não repassou verbas provenientes de convênio mantido com aquela esfera de Poder para a construção de calçamento da localidade de Vilanópolis, estando praticamente concluída com recursos municipais.

94)NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto às falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas.

Resposta: